

Termo de Referência 10/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2024	130005-COORD.-GERAL DE EXECUCAO ORç.E FIN./DA/MAPA	RENAN PHELIPE NASCIMENTO LEAL	21/02/2024 18:43 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	35/2024	21000.007910/2024-79

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de ares condicionados, tipo "split hi-wall", potências de: 12.000, 18.000 e 24.000 Btu/h, a fim de atendimento de demandas oriundas de 03 Ministérios, motivadas pela reestruturação da organização básica do Poder Executivo Federal (MPV nº 1.154/2023) e o estabelecimento das estruturas regimentais dos Ministérios da Agricultura e Pecuária - MAPA (Decreto nº 11.332/2023), Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA (Decreto nº 11.338/2023, revogado pelo Decreto nº 11.396/2023) e Pesca e Aquicultura - MPA (Decreto nº 11.352/2023), em razão tanto do compartilhamento das atividades de administração patrimonial, logística e contratos, quanto pela da necessidade de adequação dos espaços físicos ocupados pelos referidos Ministérios, as quais estão à cargo deste MAPA, enquanto Ministério provedor do arranjo colaborativo estabelecido através da Portaria MGI nº 43/2023., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Grupo 1 – “Ar Condicionado”	CATMAT	Qtd	Preço Unitário Estimado	Custo Estimado Total
1	12.000 BTUs	440744	224	R\$ 2.615,28	R\$ 585.822,72
2	18.000 BTUs	440745	106	R\$ 3.813,79	R\$ 404.261,78
3	24.000 BTUs	440747	206	R\$ 4.753,90	R\$ 979.303,40
Estimativa Total					R\$ 1.969.387,90

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. A presente contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, nos moldes da Seção V - Do Registro de Preços - da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.7. A intentada Ata SRP terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, observando o art. 84 da NLLC.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00396895000125-0-000001/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 321, 322 e 323.

IV) Classe/Grupo: Material

V) Identificador da Futura Contratação: 130005-35/2024

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Registram-se as demais informações acerca do objeto e seus requisitos no item 5 - Descrição dos Requisitos da Contratação - Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA vencedora do Grupo - Aparelhos de Ar-Condicionado - deverá se ater as recomendações das Portarias INMETRO nº 7/2011; 643/2012 e 410/2013.

4.1.2. Insta pontuar, que as aquisições de eletroeletrônicos aqui planejadas, visam a substituição de equipamentos antigos, cujos substitutos deverão ser nível energético "A" na escala Procel (INMETRO), e utilizar gás refrigerante ecológico R-410a ou R32.

4.2 Quando requisitada, deverá fornecer Certificação de Prática de Sustentabilidade (Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP), ademais, os eventuais fornecedores obrigam-se a cumprir, no que couber à execução contratual, todas as disposições contidas na IN SLTI /MPOG nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, e no Decreto nº 7.746/2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não será indicada marcas específicas, todavia, com relação ao Grupo - Aparelhos de Ar-Condicionado - deverá ser observada as fabricantes, associados à Associação Brasileira de Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento - ABRAVA, com produtos disponíveis no varejo para pesquisa de especificações técnicas de referência e estimativa de preços, tais como:

Número	Fabricante
1	Daikin
2	Electrolux
3	Fujitsu
4	Gree
5	Hitachi
6	LG Electronics
7	Midea Carrier
8	Panasonic
9	Samsung
10	Ingersoll Rand - Trane do Brasil

Da exigência de amostra

4.3. Não será exigida a apresentação de amostras, entretanto, determina-se a apresentação de folder, prospecto, encartes ou documento similar juntamente à proposta, desde que contemple as especificações e imagens reais do (s) produto (s) do grupo licitado, com intuito atestar a qualidade e relacionar as respectivas especificações técnicas descritas neste TR.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5 % do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.7.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 20 dias após a assinatura do contrato respectivo.

4.7.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) solicitação e envio do empenho à Contratada, em remessa única OU remessas parceladas, cujas parcelas não deverão ser inferiores a 10% do total do item contratado, desde que valor inferior seja aceito pela CONTRATADA, a depender da solicitação da administração e mediante aceite da Contratada.

5.1.1 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30(trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco D, acesso pela Garagem, via S2.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 9 (nove) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

Do reajuste

6.12 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, com fulcro no § 7º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.13 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.14 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.15 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.16 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.17 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.18 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.19 O reajuste será realizado por apostilamento.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 20 (vinte) dias úteis.

7.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.22. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.22.1. As cessões de crédito não fiduciárias será imediatamente recusada pelo contratante, sem necessidade de justificativa da parte.

7.23. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.24. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.25. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.26. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço para o grupo.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

8.22. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo 10% do valor total estimado do grupo contratação.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

Qualificação Técnica

8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens de igual objeto (Ar-condicionado), de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.26.1.1. Fornecimento de ao menos 15% (quinze) do quantitativo total do Grupo relacionado.

8.26.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.26.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.27. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.27.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.27.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

- 8.27.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.27.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.27.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.969.387,86

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 5.985.352,48, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	Grupo 1 - APARELHOS DE AR CONDICIONADO	QTD	ESTIMATIVA PREÇO UNITÁRIO (R\$)	ESTIMATIVA PREÇO TOTAL (R\$)
1	12.000 BTUs	224	2.615,28	585.822,72
2	18.000 BTUs	106	3.813,79	404.261.74
3	24.000 BTUs	206	4.753,90	979.303,40
Total Grupo 1				1.969.387,86

Estimativa Total	R\$ 1.969.387,86
------------------	------------------

9.2 Registra-se que o valor orçado previsto para cada Grupo foi definido como o preço máximo a ser praticado na licitação

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENAN PHELIPE NASCIMENTO LEAL

Agente de contratação

FABIO AKIRA ITO

Agente de contratação

GILDO MOURA DE CARVALHO

Agente de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Cotacao-Resumido-9-2024.pdf (102.51 KB)
- Anexo II - ETP16_2024 Ar condicionado.pdf (143.53 KB)

Anexo I - Cotacao-Resumido-9-2024.pdf

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
9/2024	130005	Concluída	RENAN PHELIPE NASCIMENTO LEAL
Título: Ar condicionado: 12.000; 18.000; 24.000 Btus			
Observações: Aquisição de aparelhos de ar-condicionado para suprir a necessidade de 3 Ministérios, oriunda da reestruturação da organização básica do Poder Executivo Federal (Lei 14.600, de 19/07/2023) e o estabelecimento das estruturas regimentais dos Ministérios da Agricultura e Pecuária- MAPA, Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA e Pesca e Aquicultura - MPA, atendendo ao que dispõe a Portaria MGI nº 43 /2023. Sendo o MAPA, órgão provedor dos demais Ministérios relacionados.			
Total de itens cotados: 3		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 1.723.007,5898	

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade				
440744 - Aparelho Ar Condicionado Capacidade Refrigeração: 12.000 BTU, Tensão: 110/220 V, Tipo: Split , Modelo: Split Inverter , Características Adicionais 1: Controle Remoto/Display Digital /Timer/Selo Procel		Unidade	224				
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço	<div><div></div>Média</div>	Mediana	Coefficiente de Variação: 33,0783%				
R\$ 1.580,0000	R\$ 2.274,1646	R\$ 1.980,0000	Desvio Padrão: 752,2541				
			Maior Preço: R\$ 4.894,0000				
Método de cálculo adotado: Média							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 3.100,0000	16/02/2024	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 1.900,5100	15/02/2024	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.180,0000	14/02/2024	Sim
4	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 1.801,0000	05/02/2024	Sim
5	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 2.153,7800	05/02/2024	Sim
6	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO PIAUI - Compras.gov.br	96	Unidade	R\$ 1.799,9900	05/02/2024	Sim
7	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.848,5800	02/02/2024	Sim
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	95	Unidade	R\$ 1.815,0000	31/01/2024	Sim

9	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	965	Unidade	R\$ 2.489,0000	29/01/2024	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	34	Unidade	R\$ 1.865,2800	23/01/2024	Sim
11	I	PREFEITURA DE ARAPIRACA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.825,0000	19/01/2024	Sim
12	I	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 2.626,2700	10/01/2024	Sim
13	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	45	Unidade	R\$ 1.694,0800	03/01/2024	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	10	Unidade	R\$ 3.039,0000	28/12/2023	Sim
15	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 2.100,0000	28/12/2023	Sim
16	I	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC. NAT.RENOVAV. - Compras.gov.br	37	Unidade	R\$ 2.117,5500	27/12/2023	Sim
17	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.137,7200	27/12/2023	Sim
18	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	180	Unidade	R\$ 1.637,0000	26/12/2023	Sim
19	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 1.965,1300	22/12/2023	Sim
20	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 1.985,0000	22/12/2023	Sim
21	I	PREFEITURA DE BANDEIRANTES - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 2.544,0000	22/12/2023	Sim
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	10	Unidade	R\$ 1.899,0000	21/12/2023	Sim
23	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.117,5500	20/12/2023	Sim
24	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 1.780,0000	20/12/2023	Sim
25	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	221	Unidade	R\$ 1.580,0000	19/12/2023	Sim
26	I	FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 2.200,0000	19/12/2023	Sim
27	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	6	Unidade	R\$ 2.160,0000	15/12/2023	Sim
28	I	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.400,0000	13/12/2023	Sim
29	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC E TEC. DO ACRE - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 2.000,0000	12/12/2023	Sim
30	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC E TEC. DO ACRE - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 4.894,0000	12/12/2023	Sim
31	I	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 1.970,0000	11/12/2023	Sim
32	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.000,0000	11/12/2023	Sim
33	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras. gov.br	2	Unidade	R\$ 2.122,6700	11/12/2023	Sim
34	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.668,0000	08/12/2023	Sim
35	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras. gov.br	10	Unidade	R\$ 1.820,0000	06/12/2023	Sim
36	I	COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 1.650,0000	06/12/2023	Sim
37	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras. gov.br	50	Unidade	R\$ 1.780,0000	04/12/2023	Sim
38	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.830,6700	04/12/2023	Sim
39	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.971,0500	04/12/2023	Sim
40	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 2.053,5100	01/12/2023	Sim
41	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras. gov.br	224	Unidade	R\$ 1.780,0000	01/12/2023	Sim

42	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras. gov.br	65	Unidade	R\$ 1.891,7000	01/12/2023	Sim
43	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras. gov.br	137	Unidade	R\$ 1.780,0000	01/12/2023	Sim
44	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras. gov.br	40	Unidade	R\$ 1.988,7300	01/12/2023	Sim
45	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras. gov.br	157	Unidade	R\$ 1.780,0000	01/12/2023	Sim
46	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras. gov.br	200	Unidade	R\$ 1.780,0000	01/12/2023	Sim
47	I	MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 1.715,0000	30/11/2023	Sim
48	I	MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS - Compras.gov.br	140	Unidade	R\$ 1.715,0000	30/11/2023	Sim
49	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	20	Unidade	R\$ 1.980,0000	29/11/2023	Sim
50	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	16	Unidade	R\$ 1.930,0000	28/11/2023	Sim
51	II	Ministério da Defesa - Comando do Exército - Contratações Similares pela Administração Pública	427		R\$ 3.890,0000	19/02/2024	Sim
52	III	A.DIAS - Sítios Eletrônicos Especializados	224		R\$ 3.206,1900	20/02/2024	Sim
53	III	GIRAFÁ: LOJA DE ELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, CELULARES... - Sítios Eletrônicos Especializados	224		R\$ 4.173,1900	20/02/2024	Sim
54	III	CLIMA RIO - Sítios Eletrônicos Especializados	224		R\$ 4.058,0000	20/02/2024	Sim
55	III	POLO AR - Sítios Eletrônicos Especializados	224		R\$ 4.014,4200	20/02/2024	Sim
56	III	CENTRAL AR - Sítios Eletrônicos Especializados	224		R\$ 4.140,9100	20/02/2024	Sim
57	II	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFRS - Contratações Similares pela Administração Pública	152		R\$ 1.950,0000	20/02/2024	Sim
58	III	GAZIN - Sítios Eletrônicos Especializados	224		R\$ 2.718,4700	21/02/2024	Sim
59	III	GRUPO FRIO PEÇAS - Sítios Eletrônicos Especializados	224		R\$ 3.163,7600	21/02/2024	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 2

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
440745 - Aparelho Ar Condicionado Capacidade Refrigeração: 18.000 BTU, Tensão: 110/220 V, Tipo: Split , Modelo: Split Inverter , Características Adicionais 1: Controle Remoto/Display Digital /Timer/Selo Procel		Unidade	106
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	 Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 26,0016% Desvio Padrão: 862,3039 Maior Preço: R\$ 6.314,6500
R\$ 2.534,5200	R\$ 3.316,3495	R\$ 2.980,0000	
Método de cálculo adotado: Média			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 3.118,8900	09/02/2024	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	21	Unidade	R\$ 2.800,0000	09/02/2024	Sim
3	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	26	Unidade	R\$ 2.958,0000	05/02/2024	Sim
4	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO PIAUI - Compras.gov.br	51	Unidade	R\$ 2.775,0000	05/02/2024	Sim
5	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.860,0000	02/02/2024	Sim
6	I	AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - Compras.gov.br	19	Unidade	R\$ 2.990,0000	19/01/2024	Sim
7	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	74	Unidade	R\$ 2.682,4300	03/01/2024	Sim
8	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	37	Unidade	R\$ 3.100,0000	28/12/2023	Sim
9	I	FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 3.200,0000	19/12/2023	Sim
10	I	COLEGIO PEDRO II - Compras.gov.br	26	Unidade	R\$ 2.849,0000	18/12/2023	Sim
11	I	PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 3.959,0900	15/12/2023	Sim
12	I	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 3.324,2800	13/12/2023	Sim
13	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 3.350,0000	13/12/2023	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.979,9500	12/12/2023	Sim
15	I	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.948,5200	12/12/2023	Sim
16	I	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.844,0000	11/12/2023	Sim
17	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	43	Unidade	R\$ 3.163,0000	11/12/2023	Sim
18	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 3.163,0000	11/12/2023	Sim
19	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 3.084,5000	11/12/2023	Sim
20	I	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC. NAT.RENOVAV. - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 2.980,0000	11/12/2023	Sim
21	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 2.746,4300	08/12/2023	Sim
22	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 4.847,4000	07/12/2023	Sim
23	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 2.988,4600	06/12/2023	Sim
24	I	COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 2.600,0000	06/12/2023	Sim
25	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 3.039,0000	04/12/2023	Sim
26	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 2.950,0000	04/12/2023	Sim
27	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 3.064,3900	01/12/2023	Sim
28	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.gov.br	87	Unidade	R\$ 2.800,0000	01/12/2023	Sim
29	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.gov.br	67	Unidade	R\$ 2.800,0000	01/12/2023	Sim
30	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.gov.br	140	Unidade	R\$ 2.779,0000	01/12/2023	Sim

31	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras. gov.br	137	Unidade	R\$ 2.800,0000	01/12/2023	Sim
32	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras. gov.br	169	Unidade	R\$ 2.800,0000	01/12/2023	Sim
33	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras. gov.br	114	Unidade	R\$ 2.790,0000	01/12/2023	Sim
34	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 2.920,0000	30/11/2023	Sim
35	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	15	Unidade	R\$ 2.800,0000	28/11/2023	Sim
36	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	2	Unidade	R\$ 3.178,0000	22/11/2023	Sim
37	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 2.534,5200	17/11/2023	Sim
38	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 3.200,0000	17/11/2023	Sim
39	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras. gov.br	2	Unidade	R\$ 2.963,6900	14/11/2023	Sim
40	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 2.870,0000	14/11/2023	Sim
41	I	PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.600,0000	13/11/2023	Sim
42	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	20	Unidade	R\$ 2.651,3800	13/11/2023	Sim
43	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	1	Unidade	R\$ 3.230,1000	09/11/2023	Sim
44	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	23	Unidade	R\$ 2.796,0000	07/11/2023	Sim
45	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	72	Unidade	R\$ 2.796,0000	07/11/2023	Sim
46	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	79	Unidade	R\$ 3.600,0000	06/11/2023	Sim
47	I	PRESIDENCIA DA REPUBLICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 2.719,0000	03/11/2023	Sim
48	I	PRESIDENCIA DA REPUBLICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.719,0000	03/11/2023	Sim
49	I	JUSTICA MILITAR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.168,6200	03/11/2023	Sim
50	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.925,7700	27/10/2023	Sim
51	III	ADIAS - AR CONDICIONADO - Sítios Eletrônicos Especializados	106		R\$ 4.492,9300	20/02/2024	Sim
52	III	CLIMA RIO - Sítios Eletrônicos Especializados	106		R\$ 5.398,9000	20/02/2024	Sim
53	III	POLOAR - AR CONDICIONADO - Sítios Eletrônicos Especializados	106		R\$ 5.869,4200	20/02/2024	Sim
54	III	LEVEROS - AR CONDICIONADO - Sítios Eletrônicos Especializados	106		R\$ 5.029,3000	20/02/2024	Sim
55	II	MINISTÉRIO DA DEFESA - Comando do Exército - Dpt. de Ciência e Tecnologia - Contratações Similares pela Administração Pública	414		R\$ 5.180,0000	20/02/2024	Sim
56	II	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA - Contratações Similares pela Administração Pública	131		R\$ 2.980,0000	20/02/2024	Sim
57	III	GAZIN - Sítios Eletrônicos Especializados	106		R\$ 4.416,4300	21/02/2024	Sim
58	III	GRUPO FRIO PEÇAS - Sítios Eletrônicos Especializados	106		R\$ 6.314,6500	21/02/2024	Sim
59	III	GIRAFÁ - Sítios Eletrônicos Especializados	106		R\$ 5.176,5700	21/02/2024	Sim

Item: 3

Descrição do item

440747 - Aparelho Ar Condicionado Capacidade Refrigeração: 24.000 BTU, Tensão: 110/220 V, Tipo: Split , Modelo: Split Inverter , Características Adicionais 1: Controle Remoto/Display Digital /Timer/Selo Procel

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

206

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 1.690,0000

Média

R\$ 4.184,7654

Mediana

R\$ 3.960,0000

Coefficiente de Variação: 24,6844%

Desvio Padrão: 1.032,9852

Maior Preço: R\$ 7.184,3100

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 4.447,0300	19/02/2024	Sim
2	I	COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 5.340,0000	16/02/2024	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 3.960,0000	16/02/2024	Sim
4	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 5.050,0000	09/02/2024	Sim
5	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA-PB - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 4.400,0000	09/02/2024	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 4.180,7900	09/02/2024	Sim
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	23	Unidade	R\$ 3.720,0000	09/02/2024	Sim
8	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO PIAUI - Compras.gov.br	49	Unidade	R\$ 3.411,0800	05/02/2024	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 4.569,8000	31/01/2024	Sim
10	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	136	Unidade	R\$ 3.950,0000	31/01/2024	Sim
11	I	CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA 4ª REGIÃO-PA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.900,0000	30/01/2024	Sim
12	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 4.100,0000	29/01/2024	Sim
13	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 3.903,0000	24/01/2024	Sim
14	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG - Compras.gov.br	58	Unidade	R\$ 3.700,0000	24/01/2024	Sim
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	36	Unidade	R\$ 3.703,6400	23/01/2024	Sim
16	I	AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - Compras.gov.br	17	Unidade	R\$ 3.764,7000	19/01/2024	Sim
17	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	113	Unidade	R\$ 3.460,0000	19/01/2024	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.690,0000	19/01/2024	Sim
19	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 4.500,0000	04/01/2024	Sim

20	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 3.629,9000	03/01/2024	Sim
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 3.858,0000	27/12/2023	Sim
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 3.858,0000	27/12/2023	Sim
23	I	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC. NAT.RENOVAV. - Compras.gov.br	314	Unidade	R\$ 3.507,6600	27/12/2023	Sim
24	I	AGENCIA MUNICIPAL DE REG. DE SERV. DELEGADOS - Compras.gov.br	220	Unidade	R\$ 3.995,0000	27/12/2023	Sim
25	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 3.965,0000	27/12/2023	Sim
26	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 4.049,0000	27/12/2023	Sim
27	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	75	Unidade	R\$ 3.510,0000	26/12/2023	Sim
28	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA - Compras.gov.br	86	Unidade	R\$ 4.100,0000	22/12/2023	Sim
29	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 3.459,9900	22/12/2023	Sim
30	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 3.499,6500	22/12/2023	Sim
31	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 4.280,0000	20/12/2023	Sim
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 4.210,0000	20/12/2023	Sim
33	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	167	Unidade	R\$ 3.205,3500	19/12/2023	Sim
34	I	FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 4.500,0000	19/12/2023	Sim
35	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 4.400,0000	19/12/2023	Sim
36	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 4.099,9900	18/12/2023	Sim
37	I	PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 4.759,3400	15/12/2023	Sim
38	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 2.750,0000	15/12/2023	Sim
39	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 4.490,0000	15/12/2023	Sim
40	I	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.800,0000	13/12/2023	Sim
41	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 2.785,0000	13/12/2023	Sim
42	I	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 3.600,0000	11/12/2023	Sim
43	I	FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 4.477,2600	11/12/2023	Sim
44	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 3.597,7000	08/12/2023	Sim
45	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 3.139,0000	08/12/2023	Sim
46	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 2.821,5000	07/12/2023	Sim
47	I	COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 3.400,0000	06/12/2023	Sim
48	I	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 4.064,8600	05/12/2023	Sim
49	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 3.683,4100	05/12/2023	Sim
50	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 3.700,0000	04/12/2023	Sim
		A.DIAS - AR CONDICIONADO - Sitios					

51	III	Eletrônicos Especializados	206	R\$ 6.611,2500	20/02/2024	Sim
52	III	GIRAFA: LOJA DE ELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, CELULARES... - Sítios Eletrônicos Especializados	206	R\$ 6.189,9900	20/02/2024	Sim
53	III	WEBCONTINENTAL - Sítios Eletrônicos Especializados	206	R\$ 7.184,3100	20/02/2024	Sim
54	III	ELECTROLUX - Sítios Eletrônicos Especializados	206	R\$ 5.218,2200	20/02/2024	Sim
55	III	LEVEROS - Sítios Eletrônicos Especializados	206	R\$ 5.629,7400	20/02/2024	Sim
56	II	MINISTÉRIO DA DEFESA - Contratações Similares pela Administração Pública	250	R\$ 6.390,0000	20/02/2024	Sim
57	II	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - Contratações Similares pela Administração Pública	148	R\$ 3.670,0000	20/02/2024	Sim
58	III	GAZIN - Sítios Eletrônicos Especializados	206	R\$ 5.923,1000	21/02/2024	Sim
59	III	COMPREBEL - Sítios Eletrônicos Especializados	206	R\$ 7.138,9000	21/02/2024	Sim

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Nota Técnica

INTERESSADO: MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

RESUMO

Tratam os autos da necessidade de aquisição de bens permanentes (aparelhos de ar condicionado/splits) a fim de atendimento de demandas oriundas de 03 Ministérios, motivadas pela reestruturação da organização básica do Poder Executivo Federal (MPV nº 1.154/2023. Transformada posteriormente na Lei 14.600, de 19/07/2023) e o estabelecimento das estruturas regimentais dos Ministérios da Agricultura e Pecuária - MAPA (Decreto nº 11.332/2023), Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA (Decreto nº 11.338/2023, revogado pelo Decreto nº 11.396/2023) e Pesca e Aquicultura - MPA (Decreto nº 11.352/2023), em razão tanto do compartilhamento das atividades de administração patrimonial, logística e contratos, quanto pela da necessidade de adequação dos espaços físicos ocupados pelos referidos Ministérios, distribuídos entre os Edifícios Sede e Anexo do MAPA (Bloco “D”), Bloco "C", Edifício Siderbrás e Edifício Palácio do Desenvolvimento, as quais estão à cargo deste MAPA, enquanto Ministério provedor do arranjo colaborativo estabelecido através da Portaria MGI nº 43/2023.

Tais aquisições constam do Plano Anual de Contratações 2024, conforme Documentos de Formalização das Demandas nº 15/2024 (SEI 33633849).

Esta Nota Técnica visa registrar os procedimentos da realização da Pesquisa de Preços.

DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

A matéria aqui tratada foi disciplinada através da IN SEGES/ME nº 65/2021, cujas especificações serão esmiuçadas nos parágrafos a seguir.

Da Descrição Do Objeto a Ser Contratado

A fim de dar início à pesquisa de preços, e possibilitar sua comparabilidade, delimitou-se as características necessárias aos itens a serem adquiridos, da seguinte forma:

Aparelhos de Ar Condicionado: potências de 12.000, 18.000 e 24.000 BTUs; tipo "split" com sistema "inverter"; eficiência energética com classificação "A"; garantia mínima de 01 ano.

Da Formalização e Dos Critérios da Pesquisa

A pesquisa de preços foi realizada sob a orientação e supervisão de Renan Phelipe Nascimento Leal - SIAPE nº 1863871, integrante da Equipe de Planejamento designada através da Portaria CGAQ/MAPA nº 18, de 15 de fevereiro de 2024 (SEI 33684599), e está materializada no arquivo Planilha Comparativa de Preços (SEI 33773497), onde constam a descrição do objeto contratado, a caracterização das fontes consultadas e série de preços coletados, bem como a memória de cálculo do valor estimado.

Os documentos comprobatórios das informações utilizadas foram acostados aos autos no arquivo Pesquisa de Preços (SEI 33773497).

Dos Parâmetros e Da Metodologia Utilizada para Obtenção do Preço Estimado

O método estatístico utilizado foi a média entre o conjunto de preços coletados para cada item, tal qual previsto no art. 6º, caput, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

Foram utilizados, de maneira combinada, valores identificados na Pesquisa de Preços do sistema de compras do Governo Federal (compras.gov.br), contratações similares na Administração Pública (quando disponíveis), estes respeitando o intervalo temporal de até 01 (um) ano contado a partir da data da realização da pesquisa de preços, e ainda, resultados de buscas em mídia especializada, este último com resultados obtidos na mesma data da realização da pesquisa de preços.

Registra-se que:

As pesquisas a contratos similares foram realizadas junto ao sítio contratos.gov.br, e foram filtradas de acordo com a necessidade que mais se adequa a realidade da contratação pretendida pela Administração, seja ela pela quantidade de itens a serem adquiridos nas aquisições, valores dos produtos, bem como a marca adquirida, tendo este último critério a observância de ser o fabricante, associado a ABRAVA (Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento), exigência que será melhor esmiuçada nos artefatos necessários à aquisição. Sendo assim, 3 contratos similares foram utilizados por esta equipe de contratação e estão anexados aos itens dessa peça de instrução.

Ocorre que nem todas as Atas continham, em sua composição, os três tipos de materiais objetos dessa contratação, como por exemplo o caso da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, que adquiriu aparelhos de ares-condicionados de 12.000 e 18.000 Btu's. Por outro lado, já na contratação realizada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, os itens adquiridos foram de 12.000 e 24.000 Btu's. Desse modo, na pesquisa realizada para os dois itens em questão, ar-condicionado de 18.000 e 24.000 Btu's, apenas dois valores foram alcançados para a composição de preços médio, o que atende ao exigido pelo artigo 5º da IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

Pontua-se que, devido a alguns valores de aquisição, oriundos de órgãos públicos, terem sido ofertados, uns em grandes quantidades e outros com a quantidade mínima de até uma unidade, **mostra-se salutar o acréscimo de 15% ao valor médio final**, na forma do Art. 6º, § 2º, da Instrução Normativa nº 65, para que, na avaliação desta equipe de aquisição, os valores médios fiquem condizentes com os valores de mercado, aumentando, assim, a competitividade de mercado e atratividade do certame.

Outro fator observado por esta comissão, e que corrobora a necessidade de acréscimo do valor pesquisado em no mínimo 15% da sua média, é o fato de que o mercado de produção e distribuição desses itens acabara de passar por um problema hídrico sem precedentes e que afetou os rios onde se localiza a Zona Franca de Manaus, local que detém a produção e a distribuição de boa parte desses itens, e que inclusive fora a causa do fato impeditivo da aquisição destes materiais no ano de 2023 por parte deste Ministério. Tendo em vista a recuperação gradativa desse mercado, e que os valores ofertados nas aquisições realizadas pela administração podem ter sido compostos antes e durante o acontecimento narrado, é que também se justifica o referido acréscimo.

Sendo assim, os valores das médias de cada item após a pesquisa realizada no sistema de compras, contratos similares e sítios especializados, **acrescido de 15% do seu valor, e que devem ser considerados, são:**

	Ar Condicionado 12.000 Btu's	Ar Condicionado 18.000 Btu's	Ar Condicionado 24.000 Btu's
	R\$ 2.274,16	R\$ 3.316,34	R\$ 4.184,76
Valor a ser considerado após acréscimo de 15%	R\$ 2.615,28	R\$ 3.813,79	R\$ 4.753,90

Outro ponto a se considerar é que por motivo desconhecido, os documentos comprobatórios não capturaram data e hora de acesso em seu conteúdo, no entanto, tais informações constam das propriedades dos arquivos, as quais registram os dados do momento da criação dos mesmos. A fim de preservar estas informações juntou-se ao conjunto de documentos captura de tela com a exibição das referidas informações.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entende-se que todos os esforços necessários para a obtenção de preços estimados que sejam justos e estejam compatíveis com os valores praticados pela Administração Pública, possibilitando que os recursos orçamentários necessários sejam delimitados em momento oportuno, e que servirão de parâmetros para o julgamento das ofertas apresentadas, para que assim seja selecionada a proposta mais vantajosa.

Relatório emitido em 21/02/2024 17:51

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

Anexo II - ETP16_2024 Ar condicionado.pdf

Estudo Técnico Preliminar 16/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 21000.007910/2024-79

2. Documentos de Formalização das Demandas

- DFD nº 15/2024: aquisição de itens eletroeletrônicos (Aparelhos de Ar Condicionado)

3. Descrição da necessidade

3.1 A gestão patrimonial desempenha um papel de grande importância no cenário da administração dos órgãos públicos por ser imprescindível para o controle e o acompanhamento do seu acervo mobiliário.

3.2 No âmbito do MAPA tal missão cabe à Coordenação de Patrimônio - CPAT/CGLI/SPOA/SE, a qual desempenha atividades de registro, movimentação e controle de bens.

3.3 Este procedimento objetiva o registro de preços para eventual aquisição, conforme o descrito do art. 3 do Decreto nº 11.462/2023, por pregão eletrônico, tendo em vista os itens a serem adquiridos figurarem como bens comuns para a Administração, tendo por uso global da unidade, a fim de atendimento das necessidades de renovação e substituição de bens considerados inadequados à execução dos seus propósitos fundamentais, tendo por objetivo a otimização e modernização da infraestrutura, possibilitando aos seus servidores e colaboradores conforto, segurança, ergonomia e consequente desempenho eficiente na realização de suas funções.

3.3.1 Declara-se a não divulgação da Intenção de Registro de preços - IRP, haja vista que o MAPA será o único contratante, consoante §2 do art. 9 do Decreto nº 11.462/2023, além da urgência da contratação.

3.4 Ademais, a renovação e/ou substituição de condicionadores de ar existentes faz-se necessária em razão de desgastes naturais, causados pelo tempo e uso frequente, seja em razão de avarias ou obsolescência.

3.5 Insta pontuar o expressivo aumento da demanda por tais itens desde a reestruturação da organização básica do Poder Executivo Federal (MPV nº 1.154/2023) e o estabelecimento das estruturas regimentais dos Ministérios da Agricultura e Pecuária - MAPA (Decreto nº 11.332/2023), Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA (Decreto nº 1.338/2023, revogado pelo Decreto nº 11.396/2023) e Pesca e Aquicultura - MPA (Decreto nº 11.352/2023), em razão tanto do compartilhamento das atividades de administração patrimonial, logística e contratos, quanto pela da necessidade de adaptação dos espaços físicos ocupados pelas áreas dos referidos Ministérios, as quais estão à cargo deste MAPA, enquanto Ministério provedor do arranjo colaborativo estabelecido através da Portaria MGI nº 43/2023.

3.6. Destaca-se, também, que em 2023 fora realizado processo licitatório com a intenção de registrados preços para futura compra de condicionadores de ar, culminando no Pregão Eletrônico nº 14/2023 e Ata de Registro de Preços nº 8/2023. Contudo, em razão da crise hídrica dos rios do Estado do Amazonas (Zona Franca), no qual se estabelece majoritariamente a logística do Estado, e sendo o principal polo de fabricação de eletroeletrônicos do País, a fornecedora alegou inviabilidade da manutenção dos preços e remessa do quantitativo dos produtos a serem adquiridos. Ocorrendo, portanto, o cancelamento da Ata de Registro de Preço, e a frustração dos planos da Administração.

3.7. Tendo em vista a infrutífera contratação, bem como a manutenção do interesse da Administração em adquirir os produtos referenciados, sobretudo, no momento, ocorrendo a elevação substancial da necessidade de reestabelecer os estoques deste Ministério face à delonga das negociações com a fornecedora vigente. Faz-se necessária a tramitação urgente do processo licitatório, ainda que o presente processo não se desenrole com o viés do inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7 A aquisição dos itens aqui analisados foram previstos no Plano Anual de Contratações em execução alinhados com o Planejamento Estratégico do Órgão.

3.8 Em vista disso, realizou-se levantamento das necessidades junto à este Ministério, bem como os Ministérios da Pesca e Aquicultura e Desenvolvimento Agrário, para planejamento destas aquisições.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado - CPAT/CGLI /SPOA/SE/MAPA	Ila Meneses Rolim

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 Geral:

Fornecer os itens conforme especificações, quantidade e prazos estipulados no Termo de Referência e seus anexos.

5.2 Para a(s) Empresas Fornecedoras:

5.2.1 Capacidade Técnica comprovada para fornecimento, instalação e garantia dos itens;

5.2.2 Certificação de Prática de Sustentabilidade¹.

5.3 Para os Itens:

5.3.1. Grupo 1 - Aparelhos de Ar- Condicionado:

5.3.1.1. Ar-Condicionado Inverter 12.000 BTU/h:

- a) Tipo: Split Hi-Wall;
- b) Capacidade de Resfriamento (BTU/h): 12.000;
- c) Controle Remoto;
- d) Filtro de Bactérias;
- e) Funcionamento do Conversor com Tecnologia Inverter;
- f) Selo Procel de Eficiência Energética Classificação "A" (INMETRO);
- g) Tensão/Voltagem: 220V; e
- h) Fluido Refrigerante Ecológico R-410A ou R-32.

5.3.1.2. Ar-Condicionado Inverter 18.000 BTU/h:

- a) Tipo: Split Hi-Wall;
- b) Capacidade de Resfriamento (BTU/h): 18.000;
- c) Controle Remoto;
- d) Filtro de Bactérias;
- e) Funcionamento do Conversor com Tecnologia Inverter;
- f) Selo Procel de Eficiência Energética Classificação "A" (INMETRO);

- g) **Tensão/Voltagem: 220V; e**
- h) **Fluido Refrigerante Ecológico R-410A ou R-32.**

5.3.1.3. Ar-Condicionado Inverter 24.000 BTU/h:

- a) **Tipo: Split Hi-Wall;**
- b) **Capacidade de Resfriamento (BTU/h): 24.000;**
- c) **Controle Remoto;**
- d) **Filtro de Bactérias;**
- e) **Funcionamento do Conversor com Tecnologia Inverter;**
- f) **Selo Procel de Eficiência Energética Classificação "A" (INMETRO);**
- g) **Tensão/Voltagem: 220V; e**
- h) **Fluido Refrigerante Ecológico R-410A ou R-32.**

5.3.1.4. Garantia mínima de 24 meses para os subitens 5.3.1.1,5.3.1.2 e 5.3.1.3, a contar do recebimento definitivo da nota fiscal;

5.3.1.4.1. Em havendo apresentação de garantia superior pela fabricante ao estabelecido neste estudo, prevalecerá a de maior prazo.

5.3.1.5. Obrigatoriedade de prestação de orientações de montagem/desmontagem por parte dos fabricantes, contendo apresentação de manual técnico detalhado dos procedimentos. A montagem, desmontagem e remontagem dos itens por parte do MAPA não deve afetar a garantia;

5.3.1.5.1. A instalação dos equipamentos nas dependências deste Ministério e demais órgãos mantidos não será exigida da licitante vencedora.

5.3.1.6 Foi utilizada listagem da Associação Brasileira de Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento - ABRAVA², como referência de fabricantes. Portanto, foram encontrados os seguintes fabricantes, associados à instituição, com produtos disponíveis no varejo para pesquisa de especificações técnicas de referência e estimativa de preços:

Número	Fabricante
1	Daikin
2	Electrolux
3	Fujitsu
4	Gree
5	Hitachi
6	LG Electronics
7	Midea Carrier
8	Panasonic
9	Samsung
10	Ingersoll Rand - Trane do Brasil

5.3.1.7 Atesta-se, por essa equipe de planejamento, que a indicação das marcas aceitas são as mais vantajosas para a Administração, pois apresentam maior confiabilidade nos quesitos: eficiência energética, fluido refrigerante com gás ecológico, nível de ruído inferior e maior metragem entre as instalações de unidades internas e externas, além de serem associadas a uma entidade de referência no setor, fornecendo maior garantia de produtos de boa procedência, reconhecimento do mercado e disponibilidade de peças de reposição, visto que essas fabricantes estão totalmente inseridas no mercado nacional.

¹ Nos termos da Lei 14.133/2021:

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.

(...)

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

² Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (https://abrava.com.br/associados-2/?associadodn_category=DN%20Ar%20Condicionado)

"A Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (ABRAVA) foi fundada em 1962 e ao longo de sua história registra inúmeras conquistas em benefício das empresas associadas e do setor como um todo, tornando-se referência para fabricantes de equipamentos, projetistas, instaladores e mantenedores de sistemas, além de comerciantes varejistas de peças e componentes de todo o país.

A entidade está sediada em São Paulo, a partir de onde coordena as ações que desenvolve em âmbito nacional. Gradativamente, vem também promovendo a instalação de escritórios regionais pelo Brasil a fora. Quatro deles já estão em funcionamento: Fortaleza, Minas Gerais, Salvador e Pernambuco.

Para ampliar a eficácia de suas ações e permitir a adequada inter-relação institucional com suas congêneres, a ABRAVA também desenvolve parcerias com várias entidades nacionais e internacionais.

Como representante do setor no Brasil, a entidade desenvolve e participa de uma série de iniciativas relacionadas a questões de grande interesse das companhias e dos profissionais que atuam na área, como inovação tecnológica e empresarial, capacitação profissional, normalização, promoção de exportações, eficiência energética, preservação ambiental e valorização da saúde e da qualidade de vida, entre muitas outras"

6. Cota de 25% para MEs e EPPs

6.1 Nos termos do art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Por essa razão, parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos divisíveis deverão ser destinados exclusivamente a ME/EPP/COOP beneficiadas pela LC 123/2006.

6.2 Em que pese a Lei Complementar 123/2006 tenha conferido tratamento diferenciado para as ME's e EPP's, prevendo exclusividade de participação em licitações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), entendemos que a fim de se evitar quaisquer intercorrências na consecução do certame, deva se recorrer ao disposto no Inciso II do art. 49 da LC 123/2006, assim como ao Inciso II do Art. 10 do Decreto 8.538/2015, senão vejamos:

Art. 10 - Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

(...)

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

6.3 Portanto, tendo em consideração ao quantitativo expressivo de bens com possibilidade de compra imediata, bem como deduzindo acerca da baixa capacidade de negociação de preços e, sobretudo, prazo de entrega com as fabricantes, causando grande impacto na expectativa do órgão no recebimento dos bens em prazo hábil estabelecido nos autos, não se mostra vantajosa a bonificação às Micro Empresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP em detrimento do interesse da Administração Pública, para o caso exposto.

6.4 Dessa forma, com a aplicação da exclusividade ao certame, poderia incorrer-se nos ditames do Inciso II, do Art. 10 do Decreto 8.538/2015, configurando-se assim, em condição não vantajosa para a Administração.

7. Levantamento de Mercado

7.1 Foram prospectadas soluções de mercado que pudessem atender aos requisitos, bem como avaliação da necessidade pela área técnica, por meio de valores identificados no Painel de Preços e contratações similares na Administração Pública (quando disponíveis), estes respeitando o intervalo temporal de até 01 (um) ano contado a partir da data da realização da pesquisa de preços, e ainda, resultados de buscas em mídia especializada, este último com resultados obtidos na mesma data da realização da pesquisa de preços.

7.2 A equipe de Planejamento da Contratação buscou estudar o equipamento que melhor atendesse ao interesse deste Ministério, levando em consideração a infraestrutura disponível, influências de mercado, eficiência energética, produção e uso sustentável do equipamento e manutenção a facilidade de manutenção e disponibilidade de peças de reposição após a garantia do produto.

7.3 Para tanto, fora consultada a Coordenação de Infraestrutura - COIN, também ligada a CGLI, para melhor avaliação das necessidades e requisitos dos produtos.

7.4 Descartou-se a possibilidade de instalação de ar condicionado central, ainda que tal sistema figure nas dependências do Anexo do Bloco D, pois o custo inicial, alteração da estrutura e prazo para implantação plena do equipamento mostram-se inviáveis.

7.5 Descarta-se a aquisição de aparelhos de ar condicionado tipo "janela", considerados obsoletos do ponto de eficiência energética e a própria acomodação do aparelho.

7.6 Dando seguimento ao estudo, considera-se viável para a realidade atual do órgão a utilização do aparelho modelo "Split H-Wall", por oferecer capacidade de eficiência energética adequada a proposta, mormente com a tecnologia "inverter", contém vasto catálogo de produtos disponibilizados pelas fabricantes associadas e de fabricação nacional. Facilidade de instalação, manutenção e acomodação à estrutura atual.

7.7 Com a definição do modelo de equipamento ideal, analisa-se as qualidades que o produto deve oferecer, tendo por excluídos os itens supérfluos que, por ventura, tragam encarecimento sem o real benefício à Administração. Além disso, foram observados a movimentação tecnológica da indústria quanto a fabricação dos seus modelos, quais sejam, estabelecimento de cores, materiais de construção, garantia ofertada, tecnologia de compressor e, inclusive, gás refrigerante.

7.8 A realização da pesquisa trouxe a tecnologia de compressor "inverter", o qual, ao contrário dos modelos convencionais, o compressor do Inverter opera com rotação variável e contínua, eliminando a necessidade de ciclos frequentes de ligar e desligar para regular a temperatura ambiente. Resultado em uma temperatura mais estável, oferecendo conforto, reduzindo o nível de ruído e alcançando uma economia energética de até 40% em comparação com os modelos convencionais.

7.9 Outro ponto crucial avaliado foi a recente movimentação da indústria em oferecer aparelhos com o gás refrigerante R-32, considerado uma opção mais sustentável em comparação a outros gases comumente utilizados, como o R-410A e o R-22. Ademais, apresenta-se como vantagem o nível de transferência de calor em relação a outros, o que resulta em um desempenho diferenciado dos sistemas do ar-condicionado.

7.10 Não obstante as vantagens do gás R-32, observa-se ainda a utilização expressiva do gás refrigerante R-410A pelos fabricantes nacionais, não sendo totalmente alterada a matriz refrigerante no momento da confecção deste estudo. Portanto, haja vista a maior possibilidade de aquisição de peças e a reposição do gás R-410A, em virtude do maior tempo em mercado, também fora considerado como viável a aquisição de Condicionadores de ar que carreguem o gás relacionado.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. Após a definição das especificações técnicas que cumprissem os requisitos estabelecidos, e ao mesmo tempo permitisse a participação de uma ampla gama de fornecedores, passou-se à redação deste Estudo Técnico Preliminar, com todos os requisitos adicionais para comprovação da qualidade e aderências dos itens às normas técnicas e ambientais, bem como dos requisitos de qualificação técnica das licitantes.

8.2. De forma a certificar o atendimento das especificações técnicas, haverá a obrigatoriedade de apresentação de documentos comprobatórios, pelas licitantes classificadas em 1º lugar, previamente à homologação dos itens, para análise e aprovação da área técnica.

8.3. Adicionalmente, visando resguardar o investimento público de possíveis defeitos de fabricação e/ou vícios ocultos não detectáveis no recebimento, a garantia técnica será exigida considerando as especificidades de produto e de mercado para cada item.

8.4. Entende-se, assim, que os requisitos exigidos, em conjunto, buscam garantir a aquisição de produtos de boa qualidade, com custo benefício adequado para a instituição, sem afastar os princípios da razoabilidade, da economicidade e da possibilidade de ampla concorrência.

8.6 Constam no Catálogo de Compras (CATMAT) as seguintes classificações genéricas que descrevem os itens a serem adquiridos:

440744

Aparelho Ar Condicionado

Capacidade Refrigeração: 12.000 BTU

Modelo: Split Inverter

Características Adicionais 1: Controle Remoto/Display Digital/Timer/Selo Procel

Tipo: Split

Tensão: 110/220 V

440745

Aparelho Ar Condicionado

Capacidade Refrigeração: 18.000 BTU

Tensão: 110/220 V

Tipo: Split

Modelo: Split Inverter

Características Adicionais 1: Controle Remoto/Display Digital/Timer/Selo Procel

440747

Aparelho Ar Condicionado

Capacidade Refrigeração: 24.000 BTU

Modelo: Split Inverter

Características Adicionais 1: Controle Remoto/Display Digital/Timer/Selo Procel

Tipo: Split

Tensão: 110/220 V

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1 O quantitativo de bens a ser adquirido considerou o levantamento da demanda realizado neste Ministério (SEI 33641946 e 33641949). Nota-se que o quantitativo é aquele observado no Processo nº 21000.023161/2023-46, no qual não se obteve sucesso com a aquisição dos objetos, portanto, a necessidade se conservou, culminando na elaboração da tabela abaixo:

ITEM Nº	Grupo 1 - APARELHOS DE AR CONDICIONADO	QTD
1	12.000 BTUs	224
2	18.000 BTUs	106
3	24.000 BTUs	206

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.968.387,86

10.1 Foram utilizados, de maneira combinada, valores identificados na Pesquisa de Preços do sistema de compras do Governo Federal (compras.gov.br), contratações similares na Administração Pública (quando disponíveis), estes respeitando o intervalo temporal de até 01 (um) ano contado a partir da data da realização da pesquisa de preços, e ainda, resultados de buscas em mídia especializada, este último com resultados obtidos na mesma data da realização da pesquisa de preços.

10.2 Consta nos autos Relatório com Nota técnica, extraído do Compras.gov, com a narração dos procedimentos relacionados à pesquisa de preço, assim pautada na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Cabe destacar que, visando a maior a competitividade de mercado e atratividade do certame, os preços achados na Cotação nº 9/2024 (SEI nº 33795113) foram acrescidos em 15%, na forma do Art. 6º, § 2º da presente Instrução.

10.3 Colaciona-se abaixo seu resumo:

ITEM Nº	Grupo 1 - APARELHOS DE AR CONDICIONADO	QTD	ESTIMATIVA PREÇO UNITÁRIO (R\$)	ESTIMATIVA PREÇO TOTAL (R\$)
1	12.000 BTUs	224	2.615,28	585.822,72
2	18.000 BTUs	106	3.813,79	404.261,74
3	24.000 BTUs	206	4.753,90	979.303,40
Total Grupo				1.969.387,86

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 Considerando a necessidade de padronização de itens similares, a potencial economia de escala na aquisição de itens similares de um mesmo fornecedor, a necessidade de garantia conjunta no fornecimento e instalação de itens interdependentes e os riscos e custos administrativos envolvidos no gerenciamento de uma pluralidade de contratos para atendimento de uma mesma

pretensão contratual, recomenda-se o agrupamento dos itens, classificados de acordo com os tipos de itens a serem adquiridos, com fulcro nos art. 18, § 1º e inciso VIII, e § 2º, c/c art. 40, *caput*, e alíneas "a" e "b" e art. 47, todos da Lei nº 14.133/2021.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1 A presente contratação refere-se ao simples fornecimento de eletroeletrônicos, os quais não deverão ser montados neste Ministério pelo fornecedor, devendo ser entregues conforme designação do seu fabricante, a contar com manuais de instalação e demais acessórios necessários para sua montagem e pleno funcionamento.

11.2 Portanto, não há que se falar em contratações correlatas ou interdependentes.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1 O presente objeto em apreciação está inserido no Plano Anual de Contratações, por meio do Sistema de Planejamento e Gerenciamento das Contratações, para o exercício de 2024, assim, atendendo o previsto no Decreto-Lei nº 200/1967, Acórdão do TCU nº 2.622/2015 e Instrução Normativa ME nº 01/2019.

13.2 O planejamento Estratégico do MAPA encontra-se disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acao-a-informacao/institucional/age/plano-estrategico-do-mapa/2022-10-25-pe-mapa-2020-2031.pdf>, sendo a presente contratação auxiliar aos planos propostos no referido documento.

13.3 A partir da análise do Plano Estratégico do MAPA 2020-2031 pode-se alinhar a presente aquisição com os "Objetivos de Infraestrutura e Aprendizagem" (OE22 e OE24), cujos macroprocessos estão relacionados ao alcance de objetivos de "Resultados para a Sociedade", "Resultados para o Público-Alvo" e "Processos Internos", considerando a perspectiva de suporte, que por sua vez possibilita ao MAPA executar a sua missão e o alcance a visão estabelecida.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Renovação e substituição de bens já avariados ou obsoletos;
- Otimização e modernização da infraestrutura;
- Padronização do ambiente;
- Assegurar conforto, segurança, ergonomia e consequente desempenho eficiente aos servidores e colaboradores em exercício;
- Menores custos de manutenção;
- Atender a necessidade de adaptação dos espaços físicos ocupados pelas áreas dos Ministérios da Agricultura e Pecuária - MAPA, Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA e Pesca e Aquicultura - MPA, em razão do arranjo colaborativo estabelecido através da Portaria MGI nº 43/2023.

15. Providências a serem Adotadas

15.1 Não se vislumbra necessidade, providências ou adequação para a solução a ser adquirida, em virtude do ambiente da organização estar adequado ao recebimento dos produtos.

15.2 Por outro lado, mostra-se prudente a preparação prévia de espaço adequado para recebimento e avaliação dos itens, antes da sua instalação final nos espaços de trabalho.

15.3 Para os aparelhos de ar-condicionado, caso seja necessária a instalação elétrica, será realizada através do contrato de manutenção predial, que conta com eletricitas, além de insumos sob demanda. A opção visa manter o conhecimento da instalação elétrica pelos profissionais que já realizam a manutenção predial, portanto conhecem a infraestrutura elétrica do local. Além disso, haverá a economia no custo do serviço de instalação, pois os profissionais já estão na fatura mensal de mão de obra do contrato de manutenção predial. Também, haverá maior desconto, pois somente será necessário o fornecimento, sem serviço de instalação.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1 Procurou-se mitigar possíveis impactos ambientais derivados, principalmente, dos processos produtivos de cada com item, com a inclusão da obrigatoriedade, por parte das licitantes, de comprovação de Certificação de Prática de Sustentabilidade (Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP), ademais, os eventuais fornecedores obrigam-se a cumprir, no que couber à execução contratual, todas as disposições contidas na IN SLTI/MPOG nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, e no Decreto nº 7.746/2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal.

16.2 Insta pontuar, que as aquisições de eletroeletrônicos aqui planejadas, visam a substituição de equipamentos antigos, cujos substitutos deverão ser nível energético "A" na escala Procel (INMETRO), e utilizar gás refrigerante ecológico r-410a ou R-32, atóxico, não inflamável e não agressivo à camada de ozônio.

17. Legislação Aplicável

Normativos	Escopo
Lei nº 14.133/2021	Institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública.
Decreto nº 11.462/2023	Regulamenta o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços.
Portaria ME nº 179/2019	Dispõe sobre as medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisições de bens e prestações de serviços.
IN SLTI/MPOG nº 01/2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras.
Decreto nº 10.947/2022	Regulamenta o plano de contratações anual e institui o sistema de planejamento e gerenciamento de contratações.
IN SEGES/MGI nº 08/2022	Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP para aquisição de bens e contratação de serviços e obras.
IN SEGES/ME nº 65/2021	Dispõe sobre o procedimento para realização da pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o modelo de aquisição proposto e os objetos erguidos, o pleito se mostra adequado para a melhoria geral da infraestrutura dos Ministérios acolhidos, trazendo maior conforto as colaboradores e público externo em geral, tendo em conta que os equipamentos requisitados são de última geração, contendo melhor suporte a controle de doenças respiratórias, em razão dos filtros e tecnologias embarcadas para tal, bem como proporciona maior eficiência energética (selo Procel "A"), face à tecnologia "inverter", e utilização de gás refrigerante mais eficaz.

Ademais, os estoques de Ares Condicionados em posse deste Ministério se mostra aquém do necessário para manter as diversas alterações de leiautes e a natural substituição de aparelhos dos órgãos supridos. Calhando a aquisição de maneira urgente.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENAN PHELIPE NASCIMENTO LEAL

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 21/02/2024 às 18:21:29.

FABIO AKIRA ITO

Agente de contratação

GILDO MOURA DE CARVALHO

Agente de contratação